



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 143

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 143

136ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 08

Dep. Elio Rusch 09

Dep. Luiz Eduardo Cheida 11

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Professor Lemos 14

Dep. Fernando Scanavaca 15

Dep. Caíto Quintana 16

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 09

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Elton Welter 16

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Redação Final 19

2ª Discussão 21

1ª Discussão 21

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 23

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 23

Atas de Comissão

Frente Parlamentar em Defesa da

Assistência Social 23

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 24

Tomada de Contas 24

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer 25

Diretoria Geral

Despacho 25

Termo Adit. de Prorrog. Contr. ... 25

Resumo de Pregão 26

DIÁRIO Nº 143

136ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Eduardo Cheida e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson,

Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Durval Amaral, Mario Roque, Miltinho Pupio, Nereu Moura e Teruo Kato (07).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado: Dr. Batista (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Medida Cautelar em Reclamação nº 9375 do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski - Relator do Supremo Tribunal Federal, comunicando que deferiu a liminar requerida de maneira a sustar, de imediato, os efeitos da nomeação de Maurício Requião de Mello e Silva para o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas deste Estado até o julgamento final da Ação Popular nº 52203/08 ajuizada pela reclamante perante o Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas do Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CEE/CC 3770, 3771, 3772, 3773, 3774, 3775 e 3776/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 388/09 de autoria do Deputado Chico Noroeste; 366/09 de autoria do Deputado Kielse; 379/09 do Deputado Professor Lemos; 281/09 do Deputado Luiz Nishimori; 401/09 do Deputado Antonio Belinati; 434/09 do Deputado Cleiton Kielse, e 322/09 do Deputado Marcelo Rangel, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 934/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Roberto Requião, ao Secretário da Fazenda Heron Arzua e a Secretária de Ciência e Tecnologia a instituição do programa adote um estudante carente no Estado do Paraná.

Sr. Governador e Srs. Secretários:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário de Fazenda e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a instituição do programa adote um estudante carente no Estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Proporcionalmente nosso Estado é o que mais investe em ensino superior no País, embora isso não seja sua responsabilidade.

Mesmo assim, muitas pessoas tem dificuldades em ingressar em uma faculdade, seja ela pública ou privada. E quando conseguem, às vezes não é possível concluir seus cursos pela falta de poder aquisitivo para custear outras despesas que vão além do valor pecuniário das mensalidades.

A alimentação, a hospedagem, os materiais, o transporte, além é claro, da mensalidade fazem com que muitos alunos desistam de concluir o curso superior.

A presente indicação tem como objetivo corrigir este erro que se perpetua em nossa sociedade e estimular às empresas privadas para custearem esses tipo de despesas quando se tratar de estudantes, comprovadamente carentes, aprovados nos vestibulares de instituições de ensino superiores privadas e públicas. As empresas que apresentarem interesse em adotar um estudante terão incentivos fiscais que poderão ser abatidos no ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O programa poderá ser coordenado e supervisionado por um comitê de avaliação, a ser criado, mediante decreto, pelo Chefe do Poder Executivo e que terá a incumbência de manifestar-se quanto à adesão dos estudantes ao programa, bem como realizar a avaliação anual do desempenho escolar destes.

Logo, o estudante só poderá continuar no programa se a sua avaliação anual do desemprego for positiva, caso contrário perderá a bolsa.

As empresas interessadas em participar do programa deverão cadastrar-se, na instituição de ensino e os estudantes, na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

As empresas poderão beneficiar, com o Programa ora instituído, tantos estudantes quantos julgarem conveniente.

Caberá ao comitê a checagem da veracidade das informações prestadas pelos estudantes acerca da sua carência, quer será considerada quando a renda familiar não ultrapasse um salário mínimo e meio.

Por outro lado, cada empresa assumirá a responsabilidade financeira do pagamento das despesas de cada estudante beneficiado pelo programa e, em contrapartida, receberá da instituição de ensino no qual estes estejam matriculados, documentos necessários para dedução integral no pagamento de débitos referentes ao ICMS junto ao Tesouro do Estado.

O Poder Executivo poderá criar, por decreto, o programa de compensação fiscal que promova a execução da presente lei.

O estudante do ensino superior ao ingressar no mercado de trabalho deverá, obrigatoriamente se comprometer em financiar 30% do custo de formação de outro estudante carente, que sucessivamente financiará outro. Caso o estudante não cumprir com essa obrigação, ficará obrigado a pagar o valor total recebido corrigido com juros e correção monetária.

Por se tratar de um programa extremamente favorável para estimular as pessoas carentes a concluir o curso superior, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 935/09

SÚMULA:

Solicita a pavimentação asfáltica na Rodovia PR-443, trecho entre Jataizinho e Rancho Alegre.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Solicita pavimentação da Rodovia PR-443, trecho entre Jataizinho e Rancho Alegre com extensão de 21 km, 8 km Jataizinho e 13 km Rancho Alegre, com término na PR-442 entre Uraí e Rancho Alegre.

2 - A solicitação objetiva beneficiar as comunidades da região que precisa se deslocar a uma distância maior, o que dificulta o desenvolvimento socioeconômico.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5661

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER autorização da Assembleia Legislativa do Paraná para se ausentar do País no período de 24 de novembro à 01/12/09, com destino aos Estados Unidos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 5668

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Santos pelo falecimento de Bruno Alexandre dos Santos, ocorrido no dia 02/11/09, no Município de Colombo.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Amilton dos Santos.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 5672

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família, pelo falecimento do Sr. Ireno Palhano, importante líder comunitário de Ponta Grossa, ocorrido na semana passada.

Deixamos nossas condolências a toda família nesse momento de dor e saudade, quando destacamos o trabalho engajado do líder comunitário Ireno Palhano, que na década de 80 implantou um dos primeiros movimentos de moradores de Ponta Grossa, garantindo habitação a centenas de pessoas com casas da Vila Rubini. Ireno era funcionário da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e sempre dedicou sua vida ao trabalho em prol dos movimentos sociais.

Requer ainda que seja dada ciência à família enlutada, por meio de correspondência.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5662

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a população de Uniflor, pela comemoração dos 48 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual de 15/11/61, o Município foi instalado em 22/11/57, tendo sido desmembrado de Nova Esperança.

Com uma população aproximada de 2.500 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Antonio Zanchetti Netto, seu Vice-Prefeito, é Reginaldo Pacheco de Sá e o Presidente da Câmara: Deucides Derenzo.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(aa) LUIZ NISHIMORI
PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5663

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a população de Iguracu, pela comemoração dos 53 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual de 16/12/56, o Município foi instalado em 22/11/57, tendo sido desmembrado de Astorga.

Com uma população de 3.800 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Miguel Abrantes Neto, seu Vice-Prefeito é Darci Ricardo Ramos.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5664

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a população de Munhoz de Mello, pela comemoração dos 53 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual de 14/12/56, o Município foi tendo sido desmembrado de Astorga e comemora o seu aniversário de fundação em 03 de novembro.

Com uma população aproximada de 4.000 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Gilmar José Benkendorf Silva, seu Vice Prefeito é Geraldo Gomes.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5665

Senhor Presidente:

O Deputado que assina no presente requerimento, usando de suas atribuições regimentais, REQUER registro nos Anais desta Casa, votos de Congratulações, para a Confraria República de Jandaia do Sul de Maringá que em fevereiro vai se fortalecer com a nomeação do padre Virgilio Cabral dos Santos para a Catedral de Maringá.

Pe. Virgilio é atualmente pároco da Paróquia de São João Batista em Jandaia do Sul, onde goza de excelente relacionamento com população daquele Município.

A Confraria República de Jandaia do Sul, de Maringá, que tem como seu grande representante o ex-Deputado de Jandaia do Sul, de Maringá, que tem como seu grande representante o ex-Deputado e comunicador da Cidade Canção - Pinga Fogo, e através dele cumprimentos todos ex-jandaienses e membros dessa entidade, pela nomeação do Pe. Virgilio Cabral dos Santos para a Catedral Metropolitana de Maringá a partir de mês de fevereiro.

Os nossos cumprimentos ao Padre Virgílio e votos de sucesso na nova empreitada na sua Missão Sacerdotal.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5666

Senhor Presidente:

O Deputado que assina abaixo no presente requerimento, usando das suas atribuições regimentais, REQUER registro nos Anais desta Casa, votos de congratulações, para o Rotary Clube Maringá Norte, promotores do evento MOTODAY 2009, realizado ontem em Maringá.

No período de 9 a 18 horas, tendo como local o CTG Rincão Verde, em Maringá os rotarianos do Maringá Norte reuniram milhares de pessoas num grande encontro de motociclistas, exposição de carros antigos, e um grande show com várias bandas.

Tudo isso e mais um almoço de confraternização - onde o prato foi costela ao fogo de chão.

Os nossos cumprimentos ao Rotary Clube Maringá Norte pelo sucesso do evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5669

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito de Município de Sabaúdia, Almir Batista dos Santos, e ao Prefeito da Câmara, Vereador Moises Soares Ribeiro, em razão do 54º aniversário do Município.

A comunidade Sabaudiense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5670

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito de Município de Wenceslau Braz, Atahyde Ferreira dos Santos Junior, e ao Prefeito da Câmara, Vereador Valdenir Aparecido Pontes, em razão do 74º aniversário do Município.

A comunidade do valoroso Município merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5673

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de efusivas congratulações ao Sr. Irio Ruppenthal, da Cidade de Marechal Cândido Rondon por ter sido eleito Funcionário Padrão 2009 daquele Município.

Não poderia ser outra senão esta a escolha da sociedade rondonense, ao apontar na pesquisa para receber o relevante e cobiçado Prêmio este tão ilustre funcionário, que há 33 anos ininterruptos trabalha na Cooperativa de Eletrificação Rural e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - CERCAR. É uma homenagem justa e merecida para quem mais de três décadas dá exemplo de dedicação e confiança.

Como amigo, compartilho de sua alegria, de seus familiares, de seus colegas e amigos pelo Prêmio que vai receber no próximo dia 28 de novembro.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente requer seja dada ciência da mesma ao homenageado, com votos de contínuo sucesso.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 5674

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária desta data, de congratulações à Associação Comercial e Empresarial de Palotina - ACIPA - pela exemplar organização do Prêmio ACIPA Destaque 2009, que ocorreu no último sábado, na Cidade de Palotina.

Essa grandiosa e tradicional festa, que dá reconhecimento público e premia empresas e personalidades de maior destaque daquele Município, uma vez mais se coroou de largo sucesso, dada a sua relevância e força de estímulo para empresários dos mais diversos setores e profissionais liberais.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado preponente solicita seja dada ciência da mesma à diretoria, associados e colaboradores, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Ronaldo Augusto Ioris.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 5674-A

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Iguaraçu, Manoel Abrantes Neto, e ao Presidente da Câmara, Vereador Elio Arantes da Silva, em razão do 54º aniversário do Município.

A comunidade iguaruçuense, merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5674-B

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Uniflor, Antonio Zanchetti Netto, e ao Presidente da Câmara, Vereador Deucides Derenzo, em razão do 48º aniversário do Município.

A comunidade do valoroso Município merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5674-C

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Engenheiro Beltrão, Elias de Lima, e ao Presidente da Câmara, Vereador Francisco de Assis Alves, em razão do 49º aniversário do Município.

A comunidade merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5674-D

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Floresta, Antonio Fuentes Martins, e ao Presidente da Câmara, Vereador Ademir Luiz Maciel, em razão do 54º aniversário do Município.

A comunidade florestense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5674-E

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do Município de Ivatuba, Vanderlei Oliveira Santini e ao Presidente da Câmara, Vereador Renato Gimenez Franco, em razão do 48º aniversário do Município.

A comunidade ivatubense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5671

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de moção de apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, com o seguinte teor.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e a Plenária da Audiência Pública realizada pela mesma no dia 18/11/09, apresentam moção de apoio aos ciclistas que estão respondendo infração ambiental de pichação e vandalismo perante o Município de Curitiba por terem pintado uma ciclo faixa em um trecho da rua Augusto Stresser, num ato político contra o descumprimento das normas do Código Nacional e Trânsito que regulamenta o uso da bicicleta como meio de transporte.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente ao Prefeito, ao Procurador Geral do Município, ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, e ao Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUC, procurando sensibilizar os órgãos públicos municipais para que os envolvidos no incidente sejam anistiados ou para que a multa imposta aos ciclistas converta-se em prestação de serviços em prol do meio ambiente, conforme autoriza a legislação de regência, e para desenvolver e executarem projetos voltados à concretização das normas do Código Nacional de Trânsito que versam sobre o uso de bicicletas como meio de transporte urbano, inclusive quanto ao estímulo à existência de bicicletários em prédios públicos e privados.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 643/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação de Defesa ao Direito a Propriedade do Ramal Pimenta, com sede e foro no Município Assis Chateaubriand no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Associação de Defesa ao Direito a Propriedade do Ramal Pimenta, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand no Estado do Paraná, é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado para prestação de serviços de caráter beneficente,

principalmente, proteger e defender a propriedade, física e intelectual, o meio ambiente, o consumidor, o patrimônio, artístico, histórico, estético, turístico, paisagístico e cultural, os direitos humanos, políticos e civis, também, inventivo a valorização de movimentos culturais e artísticos e o resgate do folclore, regional como forma de incorporação e acesso a diversidade cultural e sua historicidade, dentre outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade e conquistar a meta da auto-sustentação e, também conta com parcerias através de convênios com os órgãos governamentais, privados, faculdades e outros.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para o direito à propriedade seja, cada vez mais ampliado.

Isto posto solicito aos nobres pares desta Casa de Leis o apoio para aprovação da matéria em questão.

PROJETO DE LEI Nº 644/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação de Defesa ao Direito a Propriedade do Patrimônio de Terra Nova, com sede e foro no Município Assis Chateaubriand no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Associação de Defesa ao Direito a Propriedade do Patrimônio de Terra Nova, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand no Estado do Paraná, é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado para prestação de serviços de caráter beneficente, principalmente, proteger e defender a propriedade, física e intelectual, o meio ambiente, o consumidor, o patrimônio artístico, histórico, estético, turístico, paisagístico e cultural, os direitos humanos, políticos e civis, também, inventivo a valorização de movimentos culturais e artísticos e o resgate do folclore, regional como forma de incorporação e acesso a diversidade cultural e sua historicidade, dentre outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade e conquistar a meta da auto-sustentação e, também conta com parcerias através de convênios com os órgãos governamentais, privados, faculdades e outros.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para o direito à propriedade seja, cada vez mais ampliado.

Isto posto solicito aos nobres pares desta Casa de Leis o apoio para aprovação da matéria em questão.

PROJETO DE LEI Nº 645/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação de Defesa ao Direito a Propriedade de Encantado do Oeste, com sede e foro no Município Assis Chateaubriand no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Associação de Defesa ao Direito a Propriedade de Encantado do Oeste, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand no Estado do Paraná, é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado para prestação de serviços de caráter beneficente, principalmente, proteger e defender a propriedade, física e intelectual, o meio ambiente, o consumidor, o patrimônio, artístico, histórico, estético, turístico, paisagístico e cultural, os direitos humanos, políticos e civis, também, inventivo a valorização de movimentos culturais e artísticos e o resgate do folclore, regional como forma de incorporação e acesso a diversidade cultural e sua historicidade, dentre outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade e conquistar a meta da auto-sustentação e, também conta com parcerias através de convênios com os órgãos governamentais, privados, faculdades e outros.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e para o direito à propriedade seja, cada vez mais ampliado.

Isto posto solicito aos nobres pares desta Casa de Leis o apoio para aprovação da matéria em questão.

PROJETO DE LEI Nº 646/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial do Estado do Paraná, o 4º domingo do mês de outubro, com o Dia da Paz entre as Torcidas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/11/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A cada partida de futebol, a sociedade contabiliza os prejuízos causados pelo vandalismo que invade as cidades, principalmente no entorno dos estádios.

Embora os esforços das equipes de segurança pública ou privada sejam extremados para que não haja tais

acontecimentos, a cada partida de futebol novos acontecimentos nefastos são produzidos por vândalos e marginais misturados entre os torcedores.

No dia 25/11/09, entre notícias que precedem as partidas de futebol, fomos surpreendidos por um fato isolado que estremeceu a sociedade paranaense: o atropelamento do estudante de Direito da Faculdade Curitiba, João Henrique Mendes Xavier Viana, 21 anos, na saída de um estádio na Cidade de Curitiba.

O fato consumado, seguido de milhares de manifestações nas ruas e na rede mundial de computadores, traz-nos a reflexão de que tal acontecimento jamais poderia ter acontecido, mas, se aconteceu, não poderá passar despercebido aos olhares atentos da sociedade civil, representada por este Legislativo.

Além de se tratar do estudante e do filho João Henrique, trata-se também do jovem João Henrique que teve, abrupta e violentamente, todos seus sonhos interrompidos, apenas por ter ido a um estádio de futebol.

Srs. Deputados, com a aprovação deste projeto teremos a oportunidade da conscientização das torcidas; os amigos e familiares do João Henrique continuarão com a caminhada para combater a banalização da violência; por mais que se vá à guerra, ninguém sai de casa para morrer.

Esta data é oportuna para que as torcidas organizadas prestem conta, nas tribunas disponíveis, de um balanço anual que demonstre as ações tomadas para que seja coibida a violência nos estádios e que o futebol continue sendo o programa da família paranaense.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã visitei, na frente da Prefeitura Municipal de Curitiba, a Guarda Municipal da Cidade faz um manifesto onde busca várias soluções para seu bom andamento. Tenho pela Guarda Municipal de Curitiba um profundo respeito e uma admiração muito grande pelo trabalho que desenvolve. Até quando fui Vereador da Cidade ajudei a criar a Guarda Municipal de Curitiba. Tenho notado que as reivindicações que fazem merecem atenção do nosso Prefeito Beto Richa. A Guarda Municipal está muito tensa, porque em tão pouco tempo perdeu quatro companheiros, mortos por estarem exercendo a sua função. São eles: Leocádio de Mello e Silva, Aparecido José de Souza, Mauro Cezar de Carvalho e Renato Cezar Rodrigues do Nascimento. Essas mortes trazem uma inquietação muito grande para a Guarda Municipal de Curitiba, que reivindica melhoria nas condições de trabalho, promoção e capacitação, treinamento constante,

valorização dos seus salários. O treinamento constante é um ponto fundamental, porque eles precisam estar preparados para os dias de hoje, pois a violência aumentou muito. Aumento do efetivo, concurso público; implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários, próprios para a Guarda.

Enfim, a nossa vinda à tribuna nesta tarde é no sentido de nos manifestar a favor das reivindicações da Guarda Municipal de Curitiba.

Fui Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba e percebi que os guardas municipais, nos fins de semana, estão às vezes, em poucos, um ou dois, tendo a responsabilidade de manter aquele espaço público. Eles exercem um trabalho árduo, que exige muito dos componentes da Guarda.

Manifesto aqui a minha solidariedade, o meu carinho, o meu respeito, que espero que seja de todos os membros desta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem a tribuna na tarde de hoje, por esta razão, Presidente, assim que terminar o meu tempo no Pequeno Expediente, que eu possa emendar também o Grande Expediente, para que os Deputados que desejam participar dessa discussão, que entendemos de suma importância, possam fazê-lo.

Primeiro, levantei aqui na semana passada, há questão de duas semanas, a questão dos quilombolas no Município de Guaíra. Fui pessoalmente, na sexta-feira, à Cidade de Guaíra, me reuni no Sindicato dos Trabalhadores, em Guaíra, com um grupo de agricultores que seriam atingidos com esse decreto de 2003, que dá o direito aos descendentes dos escravos do nosso Brasil, de usar e ocupar uma área de terra.

Devo dizer aos Srs. Deputados e à sociedade do Paraná que, na verdade, fiquei perplexo quando cheguei na Cidade de Guaíra. Primeiro fui informado que aquela área de Maracaju dos Gaúchos foi colonizada na década de 60, e a colonizadora, a exemplo de todas as regiões do Estado do Paraná e do Brasil, a área colonizada e na colocada à venda para as pessoas que queriam trabalhar nessa propriedade.

Pois bem, diversos agricultores, vindo das mais diversas regiões do Paraná e do Brasil compraram a terra. Uma pessoa chamada Manuel comprou uma área de terra de 10 alqueires na comunidade de Maracaju dos Gaúchos. Esse senhor veio do Estado de Minas Gerais, e ele é descendente, sim, dos quilombolas. Ele foi a óbito e seus três filhos herdaram os 10 alqueires de terra que esse seu Manuel tinha.

A convivência dos agricultores do Maracaju dos Gaúchos com os quilombolas era a mais perfeita e harmoniosa, tento é que essas quatro famílias que lá residem, dos 10 alqueires de terra, eles arrendaram sete para os agricultores que residem no entorno dessa propriedade. E os agricultores deram sempre toda a assistência para que esses quilombolas pudessem ter toda a assistência. Qual foi a surpresa que, de repente, uma ONG, alguém de fora disse para essas quatro famílias? “Olha, vocês têm direito agora de pegar muito mais terras do que essas que vocês têm.”

Criou-se um conflito. Criou-se uma confusão na comunidade de Maracaju dos Gaúchos, no Município de Guaíra.

Faço esse relato, Srs. Deputados, e para a imprensa do Estado do Paraná, para ver a dimensão, onde é que nós chegamos. Esse Manuel comprou esses 10 alqueires de terra nas mesmas condições que todos os agricultores compraram. No Oeste do Paraná, nunca teve escravidão. Essas famílias que lá residem, se são descendentes de quilombolas, eles vieram de outros Estados e fixaram em Guaíra. Os atuais proprietários, algo em torno de 100 famílias, tem agricultores com três, dois, cinco, 10 alqueires. E agora, o INCRA quer demarcar uma área de 600 alqueires de terra que os agricultores que são proprietários hoje, ou eles compraram, ou receberam por herança de seus pais, ou mesmo seus avós. Não dá para aceitar.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

V. Exa. deseja usar agora o horário do Grande Expediente? Mais 15 minutos.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não podemos aceitar, isso, que se crie um conflito uma insegurança jurídica ali em Guaíra, ou mesmo no nosso País. Os agricultores que lá vivem são proprietários da sua terra. É importante que a imprensa do Paraná saiba disso, são mais de 100 famílias que vivem em Guaíra, que estão na iminência de perder a sua propriedade, por quatro famílias que vieram para o Paraná, na região de Guaíra, na década de 60.

A abolição da escravatura no Brasil aconteceu em 13 de maio de 1888. Eles vieram quase 100 anos depois da abolição da escravatura. Como é que vamos trazer essa intranquilidade? O que mais nos trouxe tristeza, quando eu disse, quero conhecer essa área, embora eu conheça o Maracaju dos Gaúchos, mas conhecer efetivamente, alguém fez chegar às minhas mãos, na semana passada, um mapa das propriedades rurais. Quando cheguei na comunidade chamada Maracaju dos Gaúchos, devia ter o quê, umas 150, 200 pessoas entre homens e mulheres, quando as senhoras falaram comigo, chorando: “Deputado, alguém tem que fazer a nossa defesa!”

Uma senhora, não perguntei a idade, algo em torno de 50, 55 anos de idade, eu imagino: “Eu nasci na minha propriedade. Nasci nessa terra que meu pai comprou. Agora, devo desocupar essa terra?”

Isso não é justo. Isso não é correto. Ora, para quem tem direito, se dá o direito. Se alguém quilombola, um descendente de escravo morre na propriedade que tenha trabalhado, tudo bem. Mas vamos resolver essa questão pacificamente e não da forma como se está querendo resolver em Guaíra. Isso não está trazendo intranquilidade só para essas 100 famílias, em Guaíra. Isso é um problema social que está se criando!

Famílias, como eu disse, dois ou três alqueires de terras produzindo pequenos proprietários, miniproprietários, na iminência de perder a terra por causa de um decreto presidencial de 2003, que o nosso INCRA, antes de fazer a demarcação dessa terra, o que tem que fazer? Fazer o levantamento.

Tenho aqui, Srs. Deputados, a comprovação, tenho o contrato de compra e venda que esse Sr. Manuel fez a colonizadora. Ele comprou a terra nas mesmas condições que qualquer agricultor tenha comprado. Tenho a escritura pública registrada no nome do Sr. Manuel, que está matriculada no Cartório de Registro e Imóveis, em Guaíra. Agora, dizer que essa terra tem que ser demarcada? E dar essa terra para essas quatro famílias? Vão trazer outras pessoas para cá ainda, trazer essa insegurança para os nossos agricultores.

Imagine, Srs. Deputados, e quem está me assistindo em casa, quem tem um pedaço de terra, é proprietário, ele tem a escritura, tem a matrícula, paga os impostos, paga as taxas, produz. De repente ele se vê ameaçado por um órgão do Governo que quer fazer uma medição de alocar nessa região. Quer dizer, pessoas que se dizem quilombolas. Se são, mas eles trabalharam em Minas Gerais, volto a dizer, esse Sr. Manuel comprou essa área de terra como todos os outros agricultores compraram. Eu não posso aceitar isso.

E a novidade que eu trouxe para os Srs. Deputados são os documentos que esses familiares que lá residem hoje são herdeiros desse Sr. Manoel, que comprou essa terra lá em Guaíra. Então, eu como Deputado e como cidadão, não posso aceitar isso. Devo estar ao lado, sim, de termos a paz, a tranquilidade, é o que eu falei para os nossos agricultores.

Conversamos com o delegado geral da Polícia Federal em Guaíra, conversamos com o delegado da Polícia Civil, com o Presidente da Associação Comercial, com o Presidente do Sindicato de Guaíra, para que pudéssemos efetivamente convencer o INCRA e a Procuradoria Geral da República para que essa comunidade, essa terra em Maracaju dos Gaúchos fosse excluída das terras dos quilombolas, ou seja, dos quilombos naquele decreto presidencial.

Volto a dizer, o Oeste do Paraná não se tem registro nenhum que houve qualquer trabalho da escravidão, porque volto a dizer, a escravidão no Brasil foi abolida em

13 de maio de 1888, e o Oeste do Paraná começou a ser desbravado, colonizado na década de 40, 50, e Guaíra em 60, 100 anos após a abolição da escravatura.

Por essa razão, espero que o nosso pronunciamento, se alguém do INCRA, da Procuradoria Geral da República, ou quem quer que seja nos ouça por favor, vamos devolver a paz e a tranquilidade para os nossos agricultores de Maracaju dos Gaúchos, de Guaíra. Volto a dizer, são 100 famílias que estão sendo ameaçadas hoje com esse decreto.

Mas eu não vou esperar alguém tomar a iniciativa. Vamos enviar, sim, os documentos para o INCRA, para a Procuradoria Geral da República, para o Ministério da Agricultura, para o Ministério da Reforma Agrária, para que possamos devolver, sim, aos nossos agricultores, a paz que eles tanto querem lá naquele Município.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu queria levantar hoje. Eu disse lá no Oeste do Paraná, que eu iria levantar essa questão no dia de hoje aqui na Assembleia Legislativa. O Governador Roberto Requião na última sexta-feira esteve na Cidade de Cascavel participando da formatura de alunos do programa “Paraná Alfabetizado”.

Pois bem, o Governador está fazendo aquilo que a própria legislação, ou ele como Governador deve fazer, participar dos atos oficiais que o Governo realiza no Estado do Paraná. Mas eu quero fazer uma denúncia, e esperar que os candidatos ao Governo do Estado, PSDB, PDT, enfim outros partidos, Democratas, PPS, PSB, os partidos que estão na Oposição hoje tomem as providências cabíveis. O Governador Roberto Requião é Governador do Paraná, ele tem todo o direito de ter a preferência do seu candidato, mas ele não pode, não tem o direito, e a legislação, Deputado Artagão, não lhe permite, o Governador do Estado do Paraná participar de um ato oficial do Governo do Estado e pedir voto para o seu candidato.

Se ele quiser falar mal da Oposição que fale, mas atacou dizendo às pessoas presentes: “Os senhores não podem eleger esses candidatos que tem ligação com a UDR, os senhores não podem eleger esses candidatos do PT, os senhores não podem votar em candidatos que querem vender o Paraná, que querem privatizar, que pousam para fotografia. A minha esperança são vocês votarem no Pessutão, o meu Vice-Governador. Este eu confio”.

São palavras ditas, Srs. Deputados e para imprensa do Paraná, do Governador do Estado do Paraná num ato oficial, realizado pelo Governador do Estado, na Cidade de Cascavel. A imprensa da região tem noticiado isso. A imprensa da Capital também tem noticiado isto. Se o Governador quer participar de um ato político, ele participa. Faça reunião do seu PMDB no Paraná, aqui em Curitiba, Cascavel, Guarapuava, mas participa de um ato partidário, um ato político. Mas, não pode o Governador, sob pena de estar infringindo a legislação eleitoral. Temos uma lei. Está claro o que o Governador fez. É um abuso do poder político que o Governador fez.

Configura propaganda antecipada. E não só propaganda antecipada. Mas, ele, Deputado Valdir Rossoni, usou um ato oficial do Governo do Estado numa formatura oficial em que ele estava como Governador do Paraná. Quem estava lá não era a pessoa Roberto Requião. Quem estava no palanque foi o Governo do Paraná. E o Governo do Paraná não pode usar este espaço para pedir votos para este ou aquele candidato. E ainda pior: denegrir os outros candidatos, seus opositores. Quem foi atingido lá? Senador Álvaro Dias; Senador Osmar Dias; Prefeito de Curitiba, Beto Richa. Foram atingidos pelo pronunciamento feito por S. Exa. Roberto Requião na Cidade de Cascavel. E nós não podemos aceitar isso jamais.

Entendo que cada um - e é direito de cada um - ter a preferência do seu candidato. Mas, no momento em que você participe de uma inauguração ou qualquer solenidade, o Executivo usar da máquina pública para pedir votos em favor do seu candidato. E como uma agravante: denegrindo os seus opositores.

Ele encerrou sua frase dizendo ainda o seguinte: “Quero que meu sucessor tenha experiência; se possível, que seja um companheiro de jornada, que tenha fibra e a persistência, os meus Secretários; e entre eles destaco o Pessutão, meu Vice-Governador. Confio em vocês, companheiros”. Ora! Este é um pronunciamento que se faz numa reunião política, num comício. Este não é um pronunciamento que se faz numa solenidade oficial do Governo do Estado.

Por esta razão, trago isto hoje para a Assembleia, faço esta denúncia, espero - o meu partido não tem candidato a Governo - que os candidatos a Governo tomem as providências ou qualquer outro partido, porque não dá para deixar passar em branco. Se não bastasse aquilo que já vivemos no Brasil, o Presidente da República pega suas pré-candidata, percorre Norte a Sul, Leste a Oeste. Ao menos não tem chegado ao nosso conhecimento que o Presidente da República tenha pedido votos para sua candidata, em atos oficiais do Governo do Estado. Leva-a a atiracolo. Porque ela é Ministra. Até aí tudo bem.

Nós sabemos que é campanha política. Mas, ao menos não pede voto para os brasileiros para a Dilma Rousseff no próximo ano. No Paraná, não. É justo que o Governador do Paraná leve seu Vice junto, seu pré-candidato a Governador do Estado. Sem problema nenhum nós não condenamos isto. É justo que o Orlando Pessuti, como Vice-Governador, que vai assumir a partir do dia 3 de abril o Governo do Estado e é pré-candidato ao Governo do Estado, é justo que ele percorra o interior do Estado do Paraná, que participe dos atos oficiais do Governo como Vice-Governador. É justo que ele faça reuniões políticas e se coloque à disposição, articule sua candidatura, como os outros três pré-candidatos também fazem o Álvaro, o Osmar e o Beto. É justo que ele faça isso. Agora, o que não é justo e o que é ilegal, o que é abuso de poder político é usar a máquina administrativa, usar o encontro oficial do Governo do Estado. É partici-

par da formatura da alfabetização, na Cidade de Cascavel, e nessa solenidade o Governador pedir votos para seu candidato ao Governo do Estado. Não dá para aceitar.

Faço esta denúncia aqui na Casa, embora muitos órgãos de imprensa já tenham divulgado isso, mas que fique registrado aqui na Casa, esperando que alguém possa tomar providências em relação a essa questão ocorrida em Cascavel, na sexta-feira da semana passada.

Obrigado, Sra. Presidente! Obrigado, Srs. e Sras. Deputadas!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Dr. Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Quero agradecer à Presidente Dra. Cida Borghetti. Mas, Sra. Presidente, Srs. Deputados, parece que a campanha está começando. O Deputado Elio Rusch volta do Oeste do Paraná inflamado, com o coração em chamas.

Srs. Deputados, no último sábado, ladeado, por dirigentes de 15 dos 27 Estados brasileiros, o Governador Roberto Requião aceitou colocar seu nome à disposição do partido, do PMDB, como candidato à sucessão do Presidente Lula, como candidato à Presidente da República. Lá estavam nomes nacionais, como de Pedro Simon, o Governador Luiz Henrique, Orestes Quércia, o ex-Ministro Eliseu Padilha. Estava lá o Pessutão, também o nosso Presidente do PMDB, Waldyr Pugliesi, diversos Deputados, dentre os quais Jonas Guimarães, Dobrandino, nosso querido Caíto Quintana, o Romanelli, e tantos outros. Vimos um discurso belíssimo e uma belíssima proposta do ex-Ministro Mangabeira Unger, dizendo do País que precisamos, do País que temos, dos progressos alcançados pelo Governo Lula e, fundamentalmente, das necessidades, as lacunas que devemos preencher daqui para frente, doravante onde o País se coloca verdadeiramente como um País que tem grandes possibilidades internas e no cenário nacional.

Quero destacar aqui que essa reunião foi muito mais do que um pré-lançamento dentro do PMDB de uma candidatura do nosso Governador. Na minha opinião, essa reunião acabou obedecendo três questões, que acho que são históricas e farão por si só essas três questões, mesmo que tenhamos dificuldades em levar adiante esta que é, sem dúvida nenhuma, uma grande esperança, que é a candidatura do Governador Requião à Presidência da República. A primeira missão histórica que acredito que emanou dessa reunião do sábado foi a possibilidade de que, com esse pré-lançamento, possamos tirar o PMDB nacional do adesismo puro e simples que tem marcado, infelizmente, sua trajetória nesses últimos anos. O PMDB está em rota gravitacional do poder, seja ele qual for, nestes últimos anos, e isso não é bom para o PMDB,

e não é bom para nenhum partido, Deputada Rosane, porque a única razão de ser de um partido, todos nós que fazemos política sabemos disso, é ter uma programa em mãos, ter uma prática política e chegar ao poder para exercitar esse poder. Quem não faz, trai seus ideais. Quem não luta para isso, quem não foca, não objetiva, está traindo o seu programa partidário. Os peemedebistas estão aptos para que tenham uma chance, uma possibilidade de disputar o poder. E disputar com o Requião não é uma disputa qualquer, é uma disputa, sem dúvida nenhuma, para ganhar.

A segunda missão, que acho fundamental, é que uma candidatura como a do Requião, e como, aliás, a candidatura de Marina Silva, que recentemente se lançou e, no meu entendimento, tem a mesma trajetória e obedece as mesmas questões, é poder oferecer ao Brasil uma alternativa lastreada em alguns princípios que é difícil encontrarmos na política, que é a experiência associada à ética, associada ao compromisso social e ao desenvolvimento econômico. É muito difícil alguém que reúne experiência suficiente para oferecer ao País um debate desta qualidade. E acredito que o nosso Governador do Paraná tem essa possibilidade.

A terceira e última dessas missões, acredito ser, é a possibilidade de darmos ao Paraná, ou que essa candidatura, essa pré-candidatura, ofereça ao Paraná a possibilidade de um filho seu, de um paranaense, estar alçando um voo maior para que possa, efetivamente, não só defender o Paraná, as nossas cores, mas todo o Brasil.

Acho que vai ser uma disputa para valer. O Requião vai percorrer todos os Estados brasileiros com um programa na mão para discutir internamente, vai associar isso ao resto da sociedade. E o nosso Pessutão, como chama aqui o nosso Deputado Elio Rusch, vai ficar no comando e vai ter a missão de, sem dúvida nenhuma, incendiar o coração dos paranaenses, fazendo com que nos apaixonemos por essa que, sem dúvida nenhuma, é uma das maiores artes, que é a política, quando feita com arte e com respeito.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador é o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente, Deputada Cida; Deputado Nishimori; Deputado Jonas; colegas Parlamentares.

Tivemos o privilégio de estarmos na Cidade de Maringá quando o nosso grande Presidente Estadual do Partido Progressista, Deputado Ricardo Barros, celebrou mais um ano de vida ao lado da esposa, Cida Borghetti, ao lado dos familiares, inúmeros Prefeitos, Vereadores, Parlamentares, empresários, gente do povo. Isso mostrou o grande prestígio do Ricardo Barros, da sua esposa, a Cida Borghetti, do Prefeito de Maringá, Sílvio Barros. Uma família que está no coração do povo. Parabéns à família de Ricardo Barros.

E nesse evento, no evento de Maringá, encontrei um amigo de mais de 45 anos, o grande empresário das comunicações, Frank Silva. Frank Silva, com seu fusquinha bem modesto, saía de Maringá para cursar a Universidade Estadual de Londrina, o curso de Direito. E simultaneamente, o Frank Silva, com muita modéstia, com muita simplicidade, apresentava um programa na Televisão Coroados de Londrina. Ele não era proprietário de nenhum veículo de comunicação, era um trabalhador arrojado, competente, e que quero destacar aqui como um grande vencedor. Eu sou um apaixonado dos empresários arrojados, porque hoje ser dono da empresa não é fácil, não, muitos acabam sucumbindo, muitos são tomados pelo pessimismo. E eu estava analisando a vida do Frank Silva e enxergando nele um modelo, um exemplo de empresário para o Brasil.

Aquele jovem com o seu fusquinha, que saiu de Maringá, quando não era muito fácil, para estudar e ter um programa em Londrina. Hoje, o Frank Silva superou todas as dificuldades e é o proprietário do Jornal o Diário do Norte do Paraná. Ele é dono da Rádio Cultura AM de Maringá, que é uma das emissoras de maior alcance no nosso Estado e também de uma empresa que faz marketing nos ônibus. O Frank Silva que saiu do nada, apenas com trabalho, inteligência e boa-vontade é também proprietário da TNP, que é uma empresa no segmento da editoria. Aquele garotão, que enfrentou tantas dificuldades montou um grande império de comunicação e hoje ele tem 400 funcionários. O seu Diário do Norte do Paraná cobre mais de 60 Municípios do Paraná e, atinge uma fixa de mais de 2 milhões e meio de paranaenses. Vemos o nível de primeiro mundo do seu jornal, o grande nível da programação da Rádio Cultura.

Volto a insistir, que uso à tribuna para enaltecer e sempre estarei apoiando empresários, que são tomados por otimismo, garras, paixão e amor ao nosso Brasil, que é capaz de ser mais forte do que qualquer crise. Parabéns, a Maringá, ao Frank Silva, ao mundo das comunicações, por poder contar no Paraná, com o Diário do Norte do Paraná, a Cultura AM. Um empresário que tem amor por Maringá, ao Paraná e ao Brasil gerando emprego e fazendo um jornalismo de primeiríssimo mundo. A história de Frank Silva daria um belo e maravilhoso livro, para incentivar os jovens de hoje, que na primeira pedra, no primeiro obstáculo desanime e desiste. Que orgulho podermos contar com aquele garoto que era e continua simples.

O Frank Silva é um baita de um empresário, que tem participado, não apenas informando, mas em grandes campanhas sociais, que visam sensibilizar as autoridades, para que injetem recursos em obras em Maringá, em mais de 60 Municípios, para melhorar a qualidade de vida do nosso povo. É uma atuação permanente do grande empresário Frank Silva, na área social, do jornalismo e da comunicação. Acima de tudo, com o seu instrumentos poderoso, que é o jornal, faz com que as autoridades ajudem Maringá e essa região.

Presidente, recebemos e-mail do grande líder comunitário de Londrina do Osvaldir Gomes, defendemos a necessidade de um viaduto em Londrina, urgente, na avenida Brasília com avenida Duque de Caxias, porque ali tem dado muito acidente e tem morrido muita gente.

E-mail do Clodoaldo Bahls: *Deputado Belinati, fiquei feliz e contente em receber a resposta do e-mail que enviei. Posso dizer com orgulho, a todos os meus amigos e parentes, às pessoas de minhas relações, que o Deputado Antonio Belinati não só representa o povo londrinense, mas todo o Norte do Paraná e todo povo paranaense, porque ele deu atenção e, com muito carinho respondeu a uma saudação de um paranaense do Sudoeste do Paraná. Não é por menos que o digno Parlamentar é reverenciado como o grande vulto da política paranaense. Continuo na audiência da TV SINAL em Pato Branco. V. Sa. permanece sempre coerente, firme das suas convicções oposicionista aguerrido. Logo o visitarei e tomaremos um delicioso cafezinho.*

Que bom receber de Pasto Branco, essa mensagem carinhosa do Clodoaldo Bahls. É nossa obrigação atender e trabalhar com carinho e respeito e com alegria para o nosso povo.

Do Victor Santa Cruz: *Com relação aos alunos especiais, creio que quando esses alunos frequentam escolas que eu - aluno "normal" frequentei - fomenta a concorrência. Hoje na faculdade de Tec. de sistemas conheço muitos programadores com alguns problemas mentais que superaram a deficiência. Não que eu defenda o Governo Lula, mas defendo o bem-estar dos brasileiros. Não só em colégios particulares como o, Anjo da Guarda, Dom Bosco, Positivo, os colégios estaduais como o Julia Wanderlei, CEP, CRB e outros também que possuem profissionais preparados para receber estes alunos.*

Acredito que em vez de criticarem o Governo alheio, os senhores aí na câmara deveriam executar ações efetivamente palpável e tangível a população paranaense.

Então, ele está defendendo, nós respeitamos. O aluno especial pode até ser aproveitado sim numa sala comum, se enturmar e ter bom rendimento.

Temos e-mail da Polícia Militar.

Prezado(a) aluno(a). Segue anexo o Informativo PRONASCI nº 112. Abs. Admin Policiais do Rio terão formação especial. Confira a mais recente edição do Informativo PRONASCI, publicada no dia 05/11. O grande destaque foi a proposta de criação de uma nova gratificação para os policiais civis e militares do Rio de Janeiro. Para fazerem jus aos benefícios, os profissionais de Segurança Pública da Cidade terão de participar dos cursos de capacitação e especialização promovidos pelo Ministério da Justiça. O objetivo é prepará-los para uma melhor atuação antes, durante e depois dos Jogos Olímpicos de 2016. Também recebeu destaque na edição a

entrega de 30 novas viaturas para a Polícia Rodoviária do Rio Grande do Sul. A ação integrada do PRONASCI Fronteiras. Os veículos ajudarão no enfrentamento a delitos como o roubo de gado e outros praticados na fronteira do Estado. Boa leitura! E o Paraná não tem nem o direito de fazer esse curso. Não esqueçam de nós.

No Rio de Janeiro eles vão fazer um curso para policiais civis e militares, e os profissionais que fizerem esse curso especial vão receber gratificação especial.

Então, o Requião poderia criar um curso de especialização e aí sim pagar a gratificação que os policiais merecem.

Do Antonio Carlos Fornazieri: *Caro amigo Deputado. Sempre apostei na sua pessoa, e o respeito como Parlamentar, sei que o mesmo não têm papas na língua, como dizem os demais, que fala na cara, isto é fazer justiça. Ainda faltando pouco mais de um ano para me aposentar, com 30 anos de serviço, acredito em uma melhoria, sou Sargento Bombeiro Militar e digo mais, é uma vergonha o que recebemos como salário, para darmos a cara a bater nas ruas de nossas Cidades paranaenses. Um abraço.*

Requião, melhore a vida dos policiais para que tenham uma aposentadoria digna.

Temos e-mail do Neiton César:

Prezado Deputado.

Sou professor da rede pública do Estado do Paraná há quase sete anos. Como participei quatro anos como professor do regime PSS não pude, até hoje, ter promoção na carreira, porque o Estado do Paraná não reconhece esse tempo de serviço para avanço na carreira, o que é uma discriminação para com a categoria, pois somos todos professores e prestamos serviços de igual importância. Existe um Projeto de Lei Complementar nº 144/09, do Deputado Professor Lemos que estabelece o reconhecimento do tempo de serviço como PSS para avanço na carreira. Recorro a V. Exa. para intervir nessa Casa de Leis para que essa lei complementar seja votada com urgência e que nossos professores sejam reconhecidos realmente como educadores dos filhos do Paraná. Precisamos com urgência da boa vontade de todos os Deputados para nos apoiarem nessa luta. Houve há poucos dias a chamada dobra de padrão pelo Estado, e nós, mesmo tempo tanto tempo de serviços prestados, fizemos a inscrição, mas na hora do resultado fomos desclassificados porque não aceitaram a contagem do tempo para podermos participar. Fica a grande pergunta: na hora da eleição, todos dizem que somente melhora um País pela Educação. Então porque nós educadores estamos cada vez mais sendo sufocados e não tendo o reconhecimento merecido? Sei de vossa luta pelo povo paranaense, por isso peço sua ajuda para que esse projeto de lei seja votado com urgência para reparar o erro cometido. Obrigado. Professor Neiton.

Governador Requião, corrija essa injustiça!

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Temos o Renato Souza, ele manda um e-mail fazendo críticas a políticos de todos os níveis aqui do Brasil e aproveita para perguntar: *Gostaria de saber quantos Deputados, Senadores, Governadores, Prefeitos, Vereadores, matricularam os seus filhos na rede pública de ensino no Brasil em 2009?*

Deputada Rosane, ele quer saber aqui quem matriculou o filho numa escola pública. Agora tem um porém, se o Deputado Dobrandino matricular um neto na escola pública vai ter opositor que vai esculhambar, vai dizer: “O Deputado pode, ganha bem, por que não põe o neto numa escola particular e abre a vaga na escola pública para alguém que não pode pagar?” Tem os dois lados aí da questão.

Temos da Antônia Geralda Barion, pedindo ao Governador Requião, que assiste pela TV a transmissão desta Casa, olha Governador Requião está aqui, a professora Antônia Geralda Barion: *Deputado Belinati, sou professora aposentada e estou insatisfeita com o atendimento do SAS. Gostaria que entrasse com um requerimento pedindo a compra do Hospital do Carmo.* Ela está sugerindo para o Requião comprar o Hospital do Carmo para que este hospital atenda os servidores do Estado do Paraná, inclusive quem está aposentado. Gostei, Dona Antônia, da sugestão, e tem muita gente reclamando do atendimento no SAS.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Belinati, quero me somar a V. Exa. nessa preocupação em relação aos funcionários públicos, em relação ao atendimento do SAS. Temos que aprofundar essa questão, porque o Estado tem convênios com os hospitais, repassa altas somas de recursos para esses hospitais, e quando o paciente vai lá para marcar uma hora, uma consulta, eles jogam muito longe, o atendimento é precário, para não dizer horrível.

Acho que a Assembleia Legislativa tinha que ver com uma profundidade maior essa questão do SAS, por isso me somo a V. Exa. nessa questão.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fico feliz e orgulhoso das palavras sábias de V. Exa.

Aliás, falando em Saúde Pública, Deputado Cheida, saiu um relatório dizendo que o brasileiro, de um modo geral, gasta 20% do que ganha só em Saúde. Dá dó vermos nas farmácias, aquelas pessoas aposentadas entram com uma receitazinha insignificante e ali vai uma pancada na cabeça dos aposentados, dos idosos, 20% do salário do nosso povo, de modo geral. Não sou eu que digo isso, está em todos os jornais, o brasileiro gasta 20% do que ganha em saúde, em remédio, em exame, tanta coisa!

Por isso, defendemos uma melhoria urgente na Saúde Pública do Paraná, com a construção de mais hospitais públicos, com a contratação de mais médicos, mais enfermeiros, com a distribuição de mais medicamentos de graça para a população. É doído vermos a irresponsabilidade de algumas autoridades, o povo doente, fica o remédio apodrecendo nos depósitos de setores da Saúde Pública, e de repente eles têm que levar para o lixo e botar fogo no remédio porque venceu o prazo de validade! Isso é um crime, é uma vergonha o povo precisando do remédio e o remédio apodrecendo, estragando, passando o prazo de validade. E quando se fala que o brasileiro gasta 20% da renda em saúde, defendermos que o Imposto de Renda deveria abater aquilo que o brasileiro gasta em remédio!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes, telespetadores que nos acompanham pela TV SINAL e MERCOSUL.

Estamos hoje com dois eventos importantes na Cidade de Curitiba: um acontecendo na Universidade Federal do Paraná, que é o Fórum Paranaense de Defesa da Escola Pública, com representação de várias regiões do Estado e de várias entidades, são mais de 100 entidades que participam deste Fórum, que faz a luta na defesa da escola pública de qualidade. Esse Fórum é uma Sessão Especial, está debatendo temas da nossa Conferência Estadual, que começará amanhã.

Aproveito este momento para convidar a todos os Deputados e Deputadas para participarem da Conferência Nacional de Educação. Mas para isto é preciso participar da etapa estadual, que começa amanhã, teremos nos dias 24, 25 e 26 intenso debate, já feito previamente nos Municípios. Tivemos 190 Conferências Municipais, Intermunicipais e Regionais, que trouxeram para cá subsídios para o debate estadual. E desse debate estadual vamos tirar proposta para ser levada para a Conferência Nacional, que vai acontecer em abril, com o objetivo de construirmos um sistema nacional integrado de educação para melhorar os dispositivos da nossa Constituição, os itens que precisam ser melhorados para regulamentar os vários dispositivos da nossa Constituição Brasileira que ainda não foram regulamentados, mesmo depois de 21 anos da existência da promulgação da nossa Constituição. É muito importante o nosso debate.

Por isso insisto no convite a todos os Deputados e Deputadas desta Casa, será no Centro de Convenções de Curitiba, começa amanhã de manhã, a partir das 8h30.

Também estamos com um debate que começou hoje às 11h da manhã, que é a Conferência Estadual da Assistência Social. O Deputado Elton Welter esteve presente também representando esta Casa. Encontramos lá no Jockey de Curitiba aproximadamente 1 mil pessoas, vindas de vários Conselhos, especialmente dos Conselhos Municipais de Assistência Social. O tema que está em debate é a participação e o controle social. Esta Conferência foi precedida de várias Conferências Municipais e Regionais e ela também levará proposta para a Conferência Nacional, que vai acontecer ainda este ano. Nós queremos, evidentemente, fazer com que o SUAS seja implementado em todos os Municípios. E o projeto de lei, que tramita no Congresso Nacional, seja votado e aprovado, para que possamos garantir para aquelas pessoas que de fato precisam da assistência social, garantam assistência social como direito, jamais como assistencialismo - para que possamos buscar emancipação das pessoas. E não tutela-las para que fiquem devendo favor para alguns políticos. Por isso, este evento é importante. Também do mesmo modo que fiz o convite na semana passada, reitero o convite a esta Casa para que possamos participar também de debates com relação a assistência social a esta Conferência que acontece em Curitiba hoje e amanhã.

Também tivemos por parte já do Presidente Nelson Justus já publicado a Frente Parlamentar da Assistência Social e estamos aguardando o Vice-Presidente da Assembleia para dar posse aos 12 Deputados aqui da Assembleia, que assinaram junto comigo o requerimento, que possa ter a Frente Parlamentar de defesa da Assistência Social no Estado do Paraná para que possamos contribuir com as organizações que já temos no Estado para que possamos avançar na implementação do SUAS, fazendo com que todos os Municípios tenham Centro de Referência da Assistência Social que é o CRAS.

E tem também o Centro de Referência Especializada na Assistência Social, nos Municípios que comportam centro de referência especializada. Nós ainda temos 192 Municípios do Estado do Paraná que precisam da implementação do CRAS, que é o Centro de referência básica. A população está perdendo com isso, porque recursos públicos que poderiam ser destinados aos Municípios, deixam de ser destinados, porque não implementaram ainda o SUAS no seu Município. Por isso, o apoio de cada Deputado aqui é necessário e importante para buscarmos implementar no Estado do Paraná de Foz do Iguaçu a Paranaguá o SUAS. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para justificar a minha ausência na semana passada na terça e quarta-feira, quando estive em Brasília participando do Encontro

Nacional da Indústria, e que mais de 30 empresários do Paraná estavam participando desse encontro.

E num determinado momento na terça-feira estive acompanhando os Deputados Federais do Paraná que estavam junto ao Ministro Fernando Haddad, reivindicando mais IFETS para o Paraná, além dos sete que já estão sendo implantados no Paraná. Serão mais oito IFETS que o Paraná estará implantando no nosso Estado. Esses Deputados Federais do Paraná, estavam junto ao Ministro reivindicando que a instalação pudesse ser o mais rápido possível.

Quando então o Ministro fez um questionamento aos Deputados Federais do Paraná, de que as entidades SESI, SENAI, SENAC não estão cumprindo com o acordo que foi feito junto com o Ministério da Educação de que essas entidades teria que estar tendo no mínimo 50% de gratuidade aos alunos do SESI, SENAI, SESC e SENAC. E me surpreendi muito quando desse questionamento do Ministro da Educação, fazendo referência principalmente das entidades do nosso Estado. E aqui quero dizer que nós da Assembleia Legislativa do Paraná, deveríamos convidar os Superintendentes dessas entidades para que viessem a esta Casa de Leis explicar o que é que está sendo investido no Estado.

Principalmente para aquelas pessoas, aqueles trabalhadores que não tem condições de pagar um curso. E que quando pactuado junto ao Governo Federal, deveríamos estar recebendo esses superintendentes para que viessem a essa Casa de Leis prestar conta do que é que está sendo investido na gratuidade, no treinamento dessas pessoas que necessitam de uma capacitação profissional.

Por isso, gostaria de que essa Casa pudesse abrir um espaço para que esses Superintendentes pudesse vir explicar o quanto essas entidades estão investindo na Educação, na gratuidade no nosso Estado. Acho que é de suma importância, que eles pudessem ocupar um dia o Grande Expediente, para que pudéssemos saber o que é que está acontecendo em relação a gratuidade que essas entidades tem o compromisso em fazer com aqueles menos favorecidos que não tem condições de pagar um curso profissionalizante.

Por isso, gostaria de marcar um convite, a esses Superintendentes que pudessem ter a oportunidade de explicar em relação a essa denúncia muito grave que o Ministro da Educação fez em relação ao nosso Estado quando diz que as entidades não estão cumprindo com o acordo firmado junto aquele Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentá-lo, e desde já deixo V. Exa. que agende com o nosso cerimonial apenas para que possamos ter esse encontro, que sem dúvida será da mais alta importância essa ligação que existe hoje entre a FIEP, o SENAI, o SENAC é extremamente proveitosa para os nossos Municípios. Consequentemente para o nosso Estado. V. Exa. está de parabéns e a Casa está a disposição.

Próximo orador inscrito Sr. Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero dar sequência ao pronunciamento do Deputado Cheida, com respeito a reunião pemedebista que ocorreu no último final de semana.

Quero inicialmente cumprimentar o Presidente do PMDB do Paraná Deputado Waldyr Pugliesi, que demonstrando senso de organização promoveu um encontro muito mais representativo do que muitas pessoas interpretavam que fosse. O que acho importante é que no Paraná um sábado pela manhã reúne-se 14 diretórios estaduais, dois Senadores, Governadores, ex-Ministros, membros da cúpula pemedebista numa reunião bastante concorrida, discute-se, apresenta-se um plano elaborado como pontapé inicial de um programa de Governo unanimemente a participação daqueles que aqui estiveram falando pelos seus Estados demonstra uma necessidade do PMDB, ter candidato próprio à Presidente da República e, entre os seus mais expressivos nomes cita-se o nome do Governador Roberto Requião. E no Paraná, Deputado Waldyr Pugliesi, muito pouca importância vi a esse lançamento.

Depois ouço falar que o Paraná é um Estado autôfago. E cita-se a autofagia paranaense, e cita-se que o Paraná não dá valor aos seus. E eu fico vendo será que estamos dando o valor que Estados brasileiros dão ao nome de um paranaense, independente do partido a que pertence, ou seja ele quem for. Não. Quatorze Estados se houvesse tido convenção nos Estados e se tivesse aqui o seu representante seria a maioria absoluta do partido no Brasil. Pessoas conscientes, Presidentes de Diretórios Estaduais e no entanto, tratamos essa assunto como se ele fosse um encontro de uma manhã de sábado.

Não fosse um encontro político representativo para discussão do processo eleitoral do Brasil. Deputado Pugliesi, tive dias atrás em Brasília conversando com o Deputado Terra, ex-Prefeito de Santa Rosa, hoje Presidente da Comissão de Saúde. O Deputado Terra é membro da Executiva Nacional do PMDB, e não deliberou e não foi convidado para nenhum tipo de decisão do PMDB. Conversei aqui em Curitiba com o ex-Governador Orestes Quêrcia, é membro da Executiva Nacional do PMDB, também não conversou, não teve reunião e não foi convidado para decisões do PMDB. Eu mesmo sou membro da Executiva Nacional do PMDB, represento o Paraná na Executiva do PMDB nunca fui convidado para nenhuma reunião para deliberar os destinos que o PMDB Nacional vai tomar nessa eleição. Então se não houvesse um outro motivo suficiente, para que nós respeitássemos e dêssemos valor a reunião acontecida em Curitiba bastaria o fato de ter se colocado que o PMDB não é o partido que vai admitir três ou quatro pessoas sem procuração de ninguém, sem deliberação de ninguém acertar coligações.

Quando se cobra do partido que ele tenha posições firmes, que ele não seja adesista. Mas quando o partido não é adesista e toma posições partidárias em cima de um programa, nós achamos que é brincadeira.

Meus amigos e companheiros do PMDB, do Paraná e do Brasil, vão em frente, temos um nome e nós havemos de mudar o destino do PMDB que tem que ter representação, tem que ter participação, acima de tudo, tem que ter uma posição clara e definida frente ao povo brasileiro.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Horário das Lideranças. Bloco PSB/PRB/PV. Concedo a palavra ao Deputado Elton Welter do PT.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, ouvia atentamente o Deputado Caíto, o Deputado Cheida, ficava pensando na importância que tem a candidatura própria dos partidos. Reconheço na figura do Governador Requião uma liderança nacional.

Para nós seria importante, apesar do PMDB num acordo político, o PT trabalhar para o PMDB e estar na aliança. Tenho convicção que num eventual segundo turno essas frentes do campo de esquerda se unificariam em torno de um nome, tendo um projeto nacional que tem dado certo no Governo Lula que o Governador inclusive tem apoiado.

Quero falar de hegemonia e unificação. Oxalá Requião consiga unificar o PMDB. Nós do PT temos força, porque conseguimos unificar as nossas forças nos entes federados em torno de um nome na pré-candidatura de Dilma. O PSDB também consegue fazer isso. O DEM não consegue, o PMDB não tem conseguido nas últimas eleições. Por isso é que há uma aparente polarização entre PT e PSDB, PT junto com o PMDB, ou PDT junto com o PT Nacional e outros de esquerda.

Para nossa felicidade Srs. Deputados estou usando o horário da Liderança. Hoje sai uma notícia para os defensores do atual Governo.

Lula com aprovação extraordinária subiu de novo. Na avaliação do povo brasileiro Lula é melhor que FHC por 76% dos brasileiros. Isso é como pá de cal. A recomendação do Instituto feita pelo Glécio Andrade recomenda que FHC pare de falar do Serra porque perde voto. Aliás, Serra caiu 15 pontos em um ano. Isso é um balde de água fria no Tucanato. Por outro lado pode embalar outras candidaturas. Para a nossa felicidade as candidaturas que estão também crescendo Ciro Gomes, agora já com 17% de intenção de votos, a Dilma está com 21% de intenção de votos e a Marina com praticamente 6% de votos.

Isto é muito positivo. Aliado a isto, até o candidato Roberto Requião conseguiu unificação nacional. Porque sabemos que um Governo que tem dado certo, é um Governo onde vamos e a sociedade sente-se incluída em uma ou outra política de Estado.

Hoje pela manhã também participei da Conferência da Assistência Social, aqui em Curitiba, lá no Jockey Clube do Paraná. Como é importante a sociedade se organizar, cobrar e aperfeiçoar as políticas públicas para poderemos avançar nas políticas sociais. Este é o desafio da democracia, este é o desafio dos gestores públicos.

Mas, voltando ao raciocínio anterior, o PT tem força nacional porque unifica sua ação. O PMDB parece uma confederação. E olha que tenho estima grande pelo PMDB. Oxalá o PMDB consiga-se unificar em torno do nome do Governador Roberto Requião, que para nós, inclusive, é importante. Tenho esta leitura com muita clareza. Mas, como modelo político brasileiro está totalmente furado. Já falei aqui, um monte de vezes, nesta tribuna. Infelizmente não foi feita uma reforma política séria. E aí prevalecem os interesses de grupos, interesses de poucos. Nisto nós ganhamos. O PT faz a discussão interna. O PT fez pedido de informações no dia de ontem; vai renovar sua direção em todos os Municípios, em todos os Estados e a nível nacional. A composição da direção nacional é pela proporcionalidade nas chapas. Faz o debate interno e cria um discurso unificado das forças.

O PT defende o fim, por exemplo, das alianças proporcionais. O PT defende financiamento público de campanha. O PT defende que os partidos disputem eleições em todos os Estados, para depois, no 2º turno, de fazer composição. Mas, a regra não é esta, porque ficam estes arranjos, muitas vezes mal feitos. E os partidos acabam ficando pragmáticos. O próprio PT fica pragmático para produzir alianças, uma estratégica nacional para ganhar as eleições. É do jogo. Infelizmente, não conseguimos fazer as alianças, fazer a política nacional eleitoral de forma diferenciada. Infelizmente, o Congresso Nacional não votou a reforma política, e aí ocorrem as alianças das mais diversas matizes ideológicas.

Para finalizar, é muito triste reconhecer que acabou inclusive a verticalização. Não existe mais comando nacional sobre os partidos, nos Estados. Isto é um horror para a democracia, é péssimo. E vejam só, nada se faz. Com todos os líderes que falo, do PMDB, Democratas, PSDB, quando se conversa com as lideranças, concordam que deveria ter uma regra mais clara. Mas as mudanças não ocorrem.

Cada vez fica mais claro que é o poderio econômico que se sobrepõe sobre o político, porque não muda. Se prevalecesse a política, seria natural que tivesse uma regra mais clara. A regra é muito ruim, ela prejudica os partidos, por isso fragiliza, por exemplo, a potencialidade da candidatura do Governador Roberto Requião, porque tem lideranças de expressão nacional do PMDB que remam diferente. Tem que fazer todo este esforço político para buscar a unificação. Se conseguir, pode disputar a presidência. E ajuda, certamente, o campo democrático popular, que reconhecemos nas bandeiras de Roberto Requião.

Estou muito feliz neste dia, em função da boa avaliação do Governo, que a Dilma continua subindo, praticamente com 22% das intenções de voto. Serra está com 31% e pouco, uma diferença de apenas 10%. E nos dá muita segurança de que o povo brasileiro está compreendendo, apesar da Dilma ainda ser desconhecida, não ter disputado eleições, mas mostra muita força, próximo a um ano das eleições.

Então, estamos nos articulando, buscando as alianças que forem necessárias para dar continuidade a este projeto nacional, que tem dado certo.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Elton. Quero me referir a V. Exa., até se diz alegre com a possível candidatura do Requião, e nós também.

Ontem foi uma espécie de ensaio com as lideranças nacionais. Estamos descontentes com essa adesão da direção do PMDB sem uma convenção, sem nada, ao Governo do PT. Eles não concordam e se manifestam dessa forma que veio sábado. E o Requião, tenho dúvida que seria uma candidatura decente. Agora, V. Exa. falou que o Governador não consegue liderar, na verdade, unificar o partido. Aqui no Paraná o Requião é Governador, não é Presidente; aqui no Paraná o Requião unifica; aqui no Paraná o Requião é o pacificador do partido, nós todos nos submetemos à liderança do Governador. A nível nacional não consegue, V. Exa. sabe que há pouco tempo o próprio Presidente Lula estava defendendo o Sarney, que manda no PMDB Nacional, na cúpula do PMDB, ele, Michel Temer, Renan Calheiros, um grupo que gostaria que estivesse longe do nosso partido, infelizmente lideram os Deputados Federais, apenas um estava presente.

Então, esse conchavo que fazem lá em Brasília dificilmente terão uma candidatura decente como seria a do Requião. Mas o Requião é um grande líder aqui do Paraná, e se fosse Presidente da República, com certeza a política nacional seria outra, mas infelizmente, e vou repetir, a cúpula do PMDB, que não deveria nunca estar no PMDB, é que estão liderando esses conchavos espúrios lá em Brasília, e deixam as bases do partido à margem das decisões.

Obrigado, Deputado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Com essa postura, Dobrandino, com todo respeito a V. Exa., o PMDB deveria fazer uma reflexão, fazer eleições democráticas como fazemos; talvez se trocaria as lideranças nacionais. E com essa postura, certamente, V. Exa. espanta a unificação que eu me referi aqui, que é uma unificação nacional. Vocês precisam da articulação política do Renan, do Sarney e outras lideranças que V. Exa. critica.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Peço a palavra para cumprimentar o nosso Deputado Elton Welter, Vice-Líder do PT, e também membro da Mesa desta Casa, que está de aniversário hoje. Desejar muitas felicidades a ele, muita paz, saúde e harmonia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Receba as nossas homenagens o Deputado Elton Welter.

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, antes de mais nada pedir a compreensão do Deputado Bier, porque como o debate está essencialmente politizado no dia de hoje, me parece que como organizador desse encontro nacional que nós tivemos, e como Presidente do PMDB, eu possa falar a respeito dessas questões políticas no dia de hoje, e V. Exa., caro Deputado Ademir Bier, certamente terá todo o espaço do partido para se pronunciar amanhã a respeito desse problema das estradas que V. Exa. pretende trazer aqui à Casa.

Olha, pensando comigo mesmo, e me lembrando do dramaturgo Luicci Pirandello, estava pensando em falar no dia de amanhã alguma coisa a respeito desse encontro, Pirandello diz o seguinte: *Assim é, se assim lhe parece*. Então, cada um tem, em relação a essas questões, uma visão muitas vezes singular, individual. Gostaria de dizer o seguinte: falo como fundador, como falou há pouco o Deputado Caíto Quintana, falo como fundador do MDB, do PMDB, partidos que presidi. O PMDB sucessor das histórias, das lutas que nós do MDB travamos. Aprendi, ao longo da minha vida, que na democracia, se não houver discussão e a preponderância da maioria sobre a minoria, esse resultado legitimamente colhido através de votos, as coisas não são normais.

O Deputado Caíto Quintana falou há pouco, ele faz parte da Executiva Nacional do PMDB. Outros tantos, inclusive alguns que ele citou, e todos nós, poderemos dizer, dirigentes nacionais do PMDB, através dos jornais, tomamos conhecimento que alguns membros que estão dirigindo o partido, ou ocupando cargos no Governo do Presidente Lula, tinham feito um movimento na direção de termos, no ano que vem, o PMDB com alguém compondo a chapa da Ministra Dilma. Isso não é legítimo. Não se pode tomar uma decisão dessa maneira. Então, o que nós do Paraná fizemos? Trocamos opiniões com a companheira Brasil afora. E notamos que os companheiros não estavam satisfeitos com o encaminhamento da questão neste momento. Podemos perguntar para o Brasil todo, qual é o maior partido que temos no Brasil? É o PMDB, ele tem o maior número de Governadores, de Senadores, de Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos,

Vice-Prefeitos e Vereadores. Então, por que aqueles que detém a maioria em todas essas instâncias vão, pela vontade de alguns, desempenhar um papel acessório em relação àquilo que está sendo discutido.

Defendemos a candidatura própria à Presidência da República, como defendemos também aqui no Paraná a candidatura própria do PMDB ao Governo do Estado. Agora, as coisas em outra direção, com a presença da maioria, de maneira democrática, é outra estória. Porque nós do PMDB, não falei disso ainda com nenhum companheiro, mas é uma reflexão que temos que fazer, o que fazer no pós-Lula? Lembro que comandeí, vamos dizer assim, lá na década de 80, o movimento na direção da candidatura do Presidente Lula, quando muitos vacilavam ou tinham mesmo outra posição. Mas hoje as coisas são diferentes. Não se trata mais do Lula e não se trata mais do PMDB, companheiros, ter alguém numa chapa que será composta pela Dilma Rousseff e por alguém do PMDB, mas fazer parte da chapa para quê e com quem? Quais são as instâncias apropriadas para tomarmos essas decisões? Queremos discutir, como falei ontem, até pela premência do tempo não seria nem a hora apropriada, mas nós do PMDB, pelo menos aquele PMDB que eu rotulo de PMDB verdadeiro, aquele que não se volta contra as origens que temos.

Questionamos muito o papel do Banco Central. O Banco Central está aí para quê? Para fazer a alegria da banqueirada? Fortalecendo aquilo que convenciamos chamar de capital vadio, que não produz nada para a população brasileira? Certamente não queremos a volta daqueles que desmontaram o patrimônio nacional. O que é que fizeram com a Vale do Rio Doce? Como irão tratar os recursos que advirão da extração do petróleo da camada do pré-sal? Queremos ter claramente essas posições. Companheiros do PMDB e Exas. Deputados que estão nesta Casa, não adianta falar assim: “Olha, vamos colocar alguém para ser vice da Dilma Rousseff, e depois teremos mais uma diretoria do Banco do Brasil”. Para quê? Para trair os anseios legítimos do povo brasileiro? Não. Nós do PMDB queremos a defesa da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica. Queremos que esta juventude que está aqui, através de uma parcela, tenha amanhã, possa olhar lá para frente com segurança, e não ficarmos aqui construindo um País que só se preocupa, muitas vezes, com coisas que não são fundamentais nas vidas dos seres humanos.

Quem é Dilma Rousseff? Um quadro qualificado, uma brasileira que considero patriota, mas me perdoem, acho que o Requião como Presidente da República faria o encaminhamento das questões brasileiras com maior competência, como já demonstrou aqui no Paraná, aplicando na prática, de maneira definitiva, políticas públicas que não serão encaminhadas de volta, por quem quer que seja que chegar ao Palácio Iguaçu. Então, não se trata simplesmente: “Olha, é um candidato do PMDB”. Acima do Requião existe uma proposta, um programa de desenvolvimento nacional, a construção de um Brasil independente com respeito no mundo todo.

Veza por outra, tomamos conhecimento de entrevistas de algumas lideranças do PT menosprezando a sigla que esteve nas ruas lutando pela justiça, pela democracia, e dando fundamental apoio para a derrocada da ditadura militar.

Portanto, temos história, temos um acervo que nenhum partido tem neste País, e queremos participar, sim, de uma proposta. Temos uma pré-candidatura que deverá ser levada em conta, sim, porque ontem, por meio dos companheiros e companheiras que estiveram aqui no Paraná, sinalizamos para a direção nacional, para aqueles que querem decidir em salas fechadas, com meia-dúzia, aquilo que vai acontecer no ano que vem. Nada disso. Somos construtores do caminho que abriremos para caminharmos no ano que vem.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar aqui na Casa do Povo a presença entre nós do nosso eterno Deputado Estadual Rubens Bueno, Deputado Federal, Presidente Estadual do PPS. Uma figura com a vida toda de bons serviços prestados ao Paraná visitando esta Casa. Rubens Bueno, seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN. Democratas. (**Declinam**)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O Deputado Kielse não está presente.

Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 934/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda e a Exma. Sra. Secretária de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a instituição do Programa Adote um Estudante Carente no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 935/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a pavimentação asfáltica na rodovia PR-433, trecho entre Jataizinho e Renato Alegre, com término na PR-422, entre Uraí e Rancho Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoios. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5661, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, requerendo autorização para ausentar-se do País no período de 24 de novembro a 1º de dezembro do corrente ano, com destino aos Estados Unidos. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 298/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe que é de responsabilidade das farmácias, drogarias e drugstores das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos, dar destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e adota outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 298/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas, das empresas de distribuição de medicamentos e das farmácias, drogarias e drugstores darem destinação final e adequada aos produtos que estiverem sendo comercializados nestes estabelecimentos no Estado do Paraná, que estejam com seus prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se farmácia o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

§ 2º Para efeito desta lei, considera-se drogaria o estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.

§ 3º Para efeito desta lei, considera-se drugstores o estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive nos domingos e feriados.

§ 4º Para efeito desta lei, considera-se empresa de distribuição aquela que fornecer insumos e medicamentos às farmácias, drogarias e drugstores.

§ 5º Para efeito desta lei, considera-se indústria farmacêutica o fabricante de medicamentos e insumos necessários à sua manipulação.

Art. 2º Os medicamentos cujos prazos de validade venham a expirar em poder das farmácias e das empresas de distribuição de medicamentos serão imediatamente recolhidos pelo fornecedor direto dos medicamentos (distribuidor ou indústria).

Art. 3º É assegurado às farmácias/drogarias/drugstores e distribuidoras a substituição do medicamento vencido recolhido, por parte do seu fabricante, ficando o custo a cargo único e exclusivo da indústria farmacêutica.

Parágrafo Único. Exclui-se do *caput* desse artigo os medicamentos vencidos que ultrapassarem o prazo de 60 (sessenta) dias do seu vencimento.

Art. 4º A substituição dos medicamentos vencidos, a cargo da indústria farmacêutica, no caso das farmácias, drogarias e drugstores, ocorrerá através de seus fornecedores diretos, especialmente as distribuidoras de medicamentos, que serão responsáveis solidários pela substituição ou ressarcimento dos medicamentos vencidos.

Art. 5º A destinação, substituição ou ressarcimento dos medicamentos vencidos é obrigação para todos os fabricantes de medicamentos, independente do seu domicílio.

Art. 6º A partir do dia que expirar o prazo de validade dos medicamentos, as farmácias/drogarias/drugstores e distribuidoras informarão ao seu fornecedor direto, por meio eletrônico, fax símile, carta registrada ou qualquer outro meio formalmente comprovável, a lista de medicamentos que tenham seus prazos de validade vencidos a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas por esta lei.

§ 1º No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento das informações de que trata o *caput* deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legalmente aplicável a cada caso.

§ 2º Os medicamentos serão devolvidos pelas farmácias/drogarias/drugstores ao seu fornecedor direto (distribuidor ou indústria de medicamentos) mediante a emissão de nota fiscal de devolução, discriminados um a um, onde constará a relação dos medicamentos devolvidos, com protocolo de recebimento, para posterior substituição ou ressarcimento.

§ 3º A substituição a que se refere o artigo 3º pelas indústrias farmacêuticas dos medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e das empresas de distribuição dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação do detentor do estoque.

§ 4º Caso o medicamento cuja devolução seja devida não seja mais fabricado, fica a indústria farmacêutica obrigada a restituir a farmácia/drogaria/drugstore ou ao distribuidor, as quantias pagas, monetariamente corrigidas.

Art. 7º Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia possa ser inteiramente efetuada no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 8º A inobservância dos dispositivos constantes na presente lei, sujeitará os infratores as penalidades previstas na Legislação Sanitária e Ambiental vigente.

Art. 9º A atividade que tenha por objetivo a destinação final dos medicamentos vencidos ou fora de condições de uso, a ser exercida no território do Estado do Paraná, deve ser submetida a prévia análise e licenciamento ambiental do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de conformidade com as normas ambientais vigente.

Art. 10. A fiscalização da presente lei fica a cargo dos órgãos que compõem o Sistema de Vigilância Estadual e Municipal do Estado do Paraná.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 13039/01.

Sala das Comissões, em 16/11/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 471/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 081/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel, no Município de Paranaíba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, de 14/09/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 497/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 497/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/11/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 562/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede e foro no Município de Luiziana. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 562/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede no Município de Luziana e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/11/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Sagrada Família, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2009, Resoluções nº 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 082/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Bom Sucesso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 114/09, de 29/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 533/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o próprio Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Bom Sucesso -

PR, destinado exclusivamente para estruturação de serviços públicos municipais.

Fundamentação

Os bens que integram a Administração Pública e pertencem ao Estado compõem o chamado domínio público. Para os administrados, a expressão domínio público pode, ora significar estatal sobre os bens próprios e alheios, ora designação a condição destes. Num sentido amplo, é o poder de dominação e regulamentação do Estado sobre seus bens, ou seja, bens públicos.

Para uma maior organização e controle por parte da Administração, buscou-se classificar os bens públicos em federais, estaduais e municipais, quanto à sua administração, e em categorias, conforme o Novo Código Civil estão divididos em: de uso comum do povo, uso especial e dominicais.

No presente projeto de lei, os lotes destinados à doação, são passíveis de alienação, vez que não encontram destinação pública própria e, por conseguinte, integram o rol de patrimônio disponível da Administração. Os bens públicos podem passar do domínio público para particular, ressaltando que os bens públicos são inalienáveis enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins especiais, isto é, enquanto tiverem afetação pública - ou seja, destinação pública. Exemplificando, uma praça ou um edifício público não podem ser alienados enquanto tiverem essa destinação; mas qualquer deles poderá ser vendido, doado ou permutado desde essa destinação; mas qualquer deles poderá ser vendido, doado ou permutado desde o momento em que seja, por lei, desafetado da destinação originária e traspassado para a categoria de bens dominicais, isto é, do patrimônio disponível da Administração.

Assim sendo, conforme artigo 101, do Código Civil, tais lotes não encontram vedação legal para que sejam alienados na forma em que se pretende pelo Poder Executivo. Todavia, a alienação de bens públicos, sendo a doação uma de suas modalidades, necessita respeitar os ditames legais. Para tal, a Lei Federal nº 8666/93 disciplina que para ser válida a alienação de bem público, requer-se a verificação de prévia avaliação, interesse público, licitação e autorização legislativa.

Quando demonstrado o interesse público, a licitação pode ser dispensada. No caso em tela, o interesse público esta presente, vez que nota-se condição para a verificação da doação, qual seja o funcionamento de serviços públicos municipais, devendo os imóveis retornarem ao patrimônio estadual caso não se absorve tal condição, além de respeitar o disposto na Constituição Estadual acerca da matéria. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilização pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. Desta feita, o projeto de lei verifica-se em consonância do Chefe do

Poder Executivo Estadual a iniciativa legislativa que disponha sobre a criação, estruturação e atribuição dos órgãos da Administração Pública.

Por fim, quanto à estruturação normativa, não se observa do corpo do projeto de lei a presença de ementa, o que é imperioso à adequação à Lei Complementar nº 095/98. Atente-se que, conforme o artigo 3º, a lei será estruturada em três partes básicas, sendo a parte preliminar composta pela epígrafe, ementa, preâmbulo, enunciado do objeto e da indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas. Todavia, tal irregularidade formal poderá ser sanada ao momento da fase da Redação Final, caso venha esta proposta legislativa ser aprovada.

Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Poder Executivo para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto fincado na constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 533/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Bom Sucesso.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação da estrutura do serviço público.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 13/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 084/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Luiziana. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/09, de 29/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 535/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Executivo na pessoa do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião tem por finalidade doar imóvel de sua propriedade ao Município de Luiziana, os Lotes nºs 09, 10 e 11 da Quadra nº 180, com

área de 1.428,00m2, conforme Matrículas nºs 11.442, 11.443 e 11.444 do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Fundamentação

Quanto à iniciativa para legislar, o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 29, parágrafo 1º, I, assim rege, *literis*:

{...}

Art. 29 ...

§ 1º As Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, competem entre outras:

I - iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela constituição.

{...}

A Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

{...}

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifamos).

{...}

O projeto está de acordo com a disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de propriedade imóvel do Estado para fins de assentamento de projetos diversos à geração de emprego e renda à população municipal que se reveste do caráter eminentemente social.

Quanto à técnica legislativa, o projeto atende os pressupostos de elaboração das leis.

Conclusão

EstaNdo o PL revestido de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa adequada sou de parecer pela sua aprovação para que esta Casa de Leis aprecie o seu mérito em Plenário.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 353/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Luiziana.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação de casas populares.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5671, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5662 a 5666, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5669, 5670, 5674-A, 5674-B, 5674-C, 5674-D e 5674-E, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5668, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5672, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5673 e 5674, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 141 e 415/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 533 e 535/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 166/09 e do Projeto de Lei nº 493/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

OFÍCIO Nº 072/09

Curitiba, 17/11/09.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 17/11/09, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 010/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 011/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 041/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 021/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 027/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 268/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 278/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 346/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 432/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 479/08 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 123/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 528/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 583/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 532/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 602/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 493/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 591/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 358/09 - Recurso negado

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça

Atas de Comissões

Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da presidência no plenário, reuniram-se os membros inscritos para compor a

Frente, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a frente, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes do Deputado Professor Lemos e da Deputada Rosane Ferreira, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Professor Lemos agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3º Sessão Legislativa - 16ª Legislatura
Ata da 18ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 394/09 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 533/09 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 535/09 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª Sessão Legislativa - 16ª Legislatura
Ata da 10ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima Reunião Ordinária, com a presença dos Srs.

Deputados, membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 029/09, Proposição nº 030/09, Proposição nº 067/09, Proposição nº 069/09, Proposição nº 077/08 e Proposição nº 090/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício, Relator da Proposição nº 067/09, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender as despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2009, regulamentadas pela Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09. Após análise do relatório, concluiu o Sr. Relator pela aprovação das contas, pois encontram-se exatas e dentro das normas de sua regulamentação, no que foi acompanhado por todos. A seguir, usou a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson, que relatou a Proposição nº 029/09, que trata da prestação de contas da Paranaeducação, exercício financeiro de 2004. O Sr. Relator solicitou diligências ao Tribunal de Contas do Estado para que houvesse uma complementação no parecer por ele elaborado, no que foi atendido pelo Sr. Presidente. Dando continuidade, o Sr. Deputado Dobrandino da Silva, relatou a Proposição nº 030/09, que trata da prestação de contas do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, exercícios financeiros de 2002 a 2004. Segundo análise do Sr. Relator, os documentos atendem aos dispositivos legais e às cláusulas do Contrato de Gestão firmado pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE com o Estado do Paraná, entendendo pela sua APROVAÇÃO. Os Srs. Deputados Elio Rusch e Douglas Fabrício pediram VISTAS dessa proposição. Passou-se a palavra ao Sr. Deputado Reni Pereira, que relatou as Proposições nºs 090/07 e 069/09, que tratam da prestação de contas do Governo do Estado, Tribunal de Contas e Fundo Especial de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Em relação à prestação de contas do Governo do Estado, exercícios financeiros de 2006 e 2008, o Sr. Relator opinou pela sua reprovação, por discordar do parecer prévio exarado pelo douto Tribunal de Contas, no que se refere às recomendações e ressalvas sugeridas e não cumpridas até a última prestação de contas. Os Srs. Deputados Elio Rusch, Douglas Fabrício e Edson Strapasson pediram VISTAS da proposição citada. Quanto a prestação de contas do Tribunal de Contas, exercícios financeiros de 2006 e 2008 e do Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal Contas do Paraná, exercício financeiro de 2008, após estudo dos relatórios, o Sr. Relator decidiu pela aprovação das mesmas, no que foi acompanhado por todos. Prosseguindo, o Sr. Deputado Francisco Bühner relatou a Proposição nº 077/08, que dispõe sobre a prestação de contas do Governo do Estado, Tribunal de Contas e Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2007. A matéria foi suficientemente examinada pelo Sr. Relator, que analisou os elementos apresentados e decidiu acompanhar o Acór-

dão nº 1133/08, do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, elaborado pelo Conselheiro Relator Heinz Georg Herwig, bem como do parecer do Ministério Público junto a mesma Corte, que aprovam o parecer prévio da natureza técnica, com recomendações e ressalvas do ponto de vista constitucional, legal e regimental, concluindo pela sua aprovação. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Reni Pereira pediram VISTAS da presente proposição. Já a prestação de contas do Tribunal de Contas e do Fundo Especial de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, receberam PARECER FAVORÁVEL - APROVADO, pois atendem a legislação em vigor. Todos Srs. Deputados acompanharam o Sr. Relator. Para atender as solicitações o Sr. Presidente decidiu conceder VISTAS das Proposições nºs 090/07, 077/08, 030/09 e 069/09 aos Srs. Deputados Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner e Reni Pereira, que estavam presentes a reunião. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer

Parecer: 311/09-PG

Protocolo: 10394/09

Interessado: Eldo Gevezier

Assunto: Redução de vencimentos

Senhor Diretor Geral:

O expediente em epígrafe veio para esta Procuradoria Geral para parecer, conforme despacho de folhas 05. Com o objetivo de instruir e compreender o requerido, foi solicitado a juntada da ficha financeira do requerente, servidor aposentado deste Poder.

O requerimento encontra-se redigido de forma ininteligível, pelo uso incorreto da linguagem escrita, o que dificulta o entendimento e, por vezes, atribui sentido intimidatório absolutamente desnecessário. Contudo, pelo que se pôde verificar, trata-se de requerimento de devolução de valores que o Requerente alega terem sido descontados ilegalmente de seus vencimentos.

Após a juntada da ficha financeira permitiu-se a verificação de que, no período reclamado, apenas foi aplicado o limitador constitucional previsto no artigo 37, XI da Constituição Federal, com redação dada pela

Emenda Constitucional nº 041. Aliás, o Requerente, como Procurador aposentado deste Poder e através da inteligência do texto que colacionou para dar sustentação doutrinária ao seu pedido, pode verificar que o entendimento exposto pelo doutrinador não se divorcia em absoluto da prática adotada pela Casa, contra à qual se insurge.

Por derradeiro e para se exaurir a análise do pedido, verifica-se que o requerente, ainda utilizando-se do texto doutrinário que colou, aduz à Emenda Constitucional nº 047, que retirou do cômputo do limitador constitucional as verbas caráter indenizatório e que, talvez - pelo esforço de compreensão - seja esta a sustentação de seu pedido. Entretanto, não se verifica nenhuma verba indenizatória que componha seus vencimentos, de forma que não há correção alguma a ser imposta à conduta desta Casa quanto à aplicação do limitador Constitucional previsto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

Por todo exposto, e com as devidas escusas pela eventual falta de compreensão do requerimento, esta Procuradoria Geral se manifesta, SMJ, pelo indeferimento do pedido.

Este é o parecer que colocamos à apreciação de V. Sa., sob censura.

Curitiba, 13/11/09

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

DIRETORIA GERAL

Despacho

- 1) Indefiro, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Em, 17/11/09.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Termo Aditivo de Prorrogação Contratual

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
CONTRATUAL

Protocolo: 14119/09.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, localizada à Praça Nossa Senhora de Salette s/n, inscrita no CNPJ sob o nº 77.799.542/0001-09, neste ato representada por seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel.

CONTRATADA: Centro de Educação Infantil Hora de Aprender LTDA., pessoa jurídica de direito privado situado à Rua Manoel dos Santos Barreto nº 181 em Curitiba, Paraná, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.097.326/0001-30, neste ato representada por sua diretora Eliane Beckhauser.

Objeto

